

Pernambuco registra recorde de votos em 2024

Mais de 5,8 milhões de eleitores votaram em 6 de outubro

No primeiro turno das Eleições 2024, Pernambuco registrou um total de 5.788.266 eleitores que compareceram às urnas. Esse número representa 82,47% do eleitorado do estado, estabelecendo um novo recorde de comparecimento, o maior já registrado na história das eleições em Pernambuco. Este percentual também é o mais alto desde as eleições de 2018, refletindo um crescimento constante no interesse dos eleitores. Em 2016, o comparecimento atingiu seu auge, com 86,50%, mas houve uma queda nas eleições seguintes. Desde então, a participação tem mostrado uma tendência de recuperação a cada pleito, sugerindo que os cidadãos estão cada vez mais engajados e conscientes da importância de seu voto.

No contexto das capitais brasileiras, Recife se destacou ao ser a quinta cidade em termos de percentual de comparecimento nas Eleições 2024. Essa posição é significativa, pois demonstra um nível de mobilização que pode influenciar as decisões políticas da cidade e do estado como um todo.

Em relação aos municípios



O percentual de comparecimento é também o maior desde as eleições 2018

pernambucanos, Itacuruba liderou o ranking com impressionantes 92,45% de comparecimento, seguido por Frei Miguelinho, com 91,45%, e Riacho das Almas, com 90,98%. Em contrapartida, Recife ocupa a 155ª posição, com apenas 80,64% de participação, o que levanta questões sobre os fatores que podem ter contribuído para essa baixa adesão na capital, como a falta de informações, a desilusão política

ou questões logísticas que dificultam o acesso às urnas.

Por outro lado, as taxas de abstenção foram mais elevadas em algumas cidades. Saloá registrou a maior abstenção, com 27,98%, seguida por Palmerina, com 27,54%, e Iati, com 25,13%. Jaboatão dos Guararapes, que possui o segundo maior colégio eleitoral do estado, também apresentou números expressivos, ficando com a

sétima maior taxa de abstenção.

Esses dados evidenciam não apenas o engajamento dos eleitores, mas também as variações de participação em diferentes regiões do estado, refletindo um cenário que merece atenção nas análises futuras sobre a dinâmica eleitoral em Pernambuco.

A análise das razões por trás da abstenção é fundamental para entender melhor o cenário político do estado.

Redução de Mortes Violentas na Bahia

De janeiro a setembro, o número de mortes violentas na Bahia caiu 12,7% em comparação ao mesmo período de 2023, conforme divulgado pela Secretaria da Segurança Pública (SSP) durante uma coletiva de imprensa no Centro de Operações e Inteligência (COI).

O evento contou com a presença de autoridades como o secretário da SSP, Marcelo Werner, o comandante da

Polícia Militar, coronel Paulo Coutinho, a delegada-geral da Polícia Civil, Heloisa Brito, e a diretora-geral do Departamento de Polícia Técnica (DPT), Ana Cecília Bandeira.

As estatísticas apresentadas mostram reduções significativas em diversos tipos de crimes: o roubo de veículos caiu de 9.777 para 8.325 (15%); o roubo de ônibus teve uma queda de 36%, passando de 882 para

563; o roubo de carga diminuiu 42%, e assaltos a bancos caíram 77,8%. Marcelo Werner destacou que a colaboração entre as polícias Militar, Civil e Técnica, além do Corpo de Bombeiros, tem sido crucial para os avanços na segurança pública.

“O trabalho integrado das nossas forças de segurança não apenas reflete na queda dos índices de criminalidade, mas também fortalece a confiança

da população em nosso sistema de justiça. Cada operação bem-sucedida é um passo importante na construção de um ambiente mais seguro para todos os cidadãos”, afirmou.

O coronel PM Paulo Coutinho mencionou que, em 2024, foram realizadas 18 operações da Força Correcional (FORCE), resultando em 16 prisões e a apreensão de 29 armas de fogo.

CORREIO OPINIÃO



Enfrentar esse desafio requer um compromisso dos governos

Racismo Ambiental: uma manifestação cruel da desigualdade social

Por Fernando Beltrame*

É impossível não notar que a população do planeta tem sofrido com os impactos das mudanças climáticas, e, por mais que tantas catástrofes possam parecer atingir as pessoas de forma igual, isso não é verdade. Há muitos anos, existe uma triste realidade chamada racismo ambiental. O conceito surgiu nos anos 1980 nos Estados Unidos, elaborado por ativistas e acadêmicos que identificaram uma relação entre a localização de comunidades vulneráveis — especialmente as compostas por pessoas negras, indígenas e de baixa renda — e a proximidade a áreas degradadas ambientalmente, como aterros sanitários, indústrias poluentes e locais de disposição de resíduos tóxicos. Embora seja um termo relativamente novo, as práticas e políticas que resultam em racismo ambiental estão enraizadas em uma longa história de desigualdade social e racial.

O acesso desproporcional a recursos básicos, como saneamento para se ter água potável, sistema de esgoto, coleta e destinação adequada do lixo, limpeza urbana e drenagem da água das chuvas — o mínimo de dignidade para viver — é uma forma perversa de discriminação que afeta, de maneira desumana, comunidades negras e outros grupos socialmente vulneráveis. Isso acontece não somente pela falta de recursos dessas pessoas e investimentos do poder público, mas pelo excesso de atividades poluentes e degradantes em áreas habitadas por essas populações, resultando em impactos severos sobre a saúde e a qualidade de vida. Esses efeitos vão além do ambiental, afetando aspectos socioeconômicos e perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão.

A contaminação da água e do solo é uma das preocupações críticas, pois em regiões próximas a aterros sanitários, fábricas ou locais sem pavimentação, é comum encontrar níveis elevados de metais pesados, pesticidas e outras toxinas

na água consumida. Isso resulta em uma série de problemas de saúde para as pessoas de baixa renda que residem ali, incluindo doenças gastrointestinais, problemas neurológicos e complicações no desenvolvimento infantil. Quando há fortes chuvas, como aquelas que temos presenciado nos últimos meses, a situação se transforma em calamidade pública. O que contribui diretamente para a redução da qualidade e expectativa de vida dessas pessoas.

Diante desse cenário, é fundamental considerar, além do papel do poder público, a atuação do setor privado. Os governos, em todos os níveis, têm a responsabilidade de formular e implementar políticas públicas que garantam a justiça ambiental e que todas as comunidades tenham o direito a um ambiente saudável. Isso inclui a regulação rigorosa de atividades poluentes, o zoneamento urbano justo e a inclusão das comunidades afetadas nos processos decisivos.

Vejo que os impactos sobre as comunidades negras e vulneráveis, especialmente as mulheres negras, são inegáveis e representam uma grave violação dos direitos humanos. A luta contra o racismo ambiental é, essencialmente, uma luta pela dignidade e pelo direito de todos a uma vida digna e com menos efeitos das mudanças climáticas. Enfrentar esse desafio requer um compromisso robusto dos governos em formular e implementar políticas públicas inclusivas e eficazes, além da responsabilidade das empresas em adotar práticas sustentáveis e justas. Somente com a colaboração entre governos, empresas e sociedade civil poderemos erradicar as injustiças ambientais e construir um futuro em que todos possam viver com segurança, dignidade e bem-estar.

*Mestre pela USP, engenheiro pela Unicamp e CEO da Eccaplan. Já atuou em diferentes eventos e iniciativas como a COP18, Rio+20 e fóruns mundiais.



Apartamentos exclusivos e completos para long stay em Ipanema com a comodidade de ter serviços de um hotel à sua disposição.



R. Francisco Otaviano, 155 - Ipanema, Rio de Janeiro - RJ